

Maria Izabel Machado
(Organizadora)

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Maria Izabel Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade 2 / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0108-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.087223005>

1. Sociologia. I. Machado, Maria Izabel (Organizadora).

II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra *Sociologia: Tempo, Indivíduo e Sociedade II* neste segundo volume nos convida a refletir sobre sociologias múltiplas: dos desastres, da educação, sobre o ambiente e como nos relacionamos com ele.

Os lugares múltiplos que ocupamos como sujeitos são cada vez mais pressionados pelo consumo e suas implicações com nossas identidades e pertencimentos. Em contraposição somos demandados a assumir responsabilidades éticas frente aos desastres multifacetados que nos assolam.

Os capítulos que seguem estão organizados de maneira a nos conduzir por essas que são ao mesmo tempo grandes questões sociológicas e a vida cotidiana como experimentada por múltiplos sujeitos. O binômio indivíduo/sociedade, que tem polarizado leituras clássicas e contemporâneas, é colocado aqui em outra perspectiva: o modo como somos intersectados pelas redes.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ETNODESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE PATAXÓ: DA ALDEIA PARA O MUNDO Simone Jörg  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230051	
CAPÍTULO 2	7
POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS MAIS POBRES NO BRASIL: UM CASO DE <i>WORKFARE STATE</i> ? Adriane Vieira Ferrarini  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230052	
CAPÍTULO 3	18
DESCOMPOSICIÓN GLOBAL SOCIAL, MIGRACIÓN PERENNE Gumersindo Vera Hernández Elsa González Paredes  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230053	
CAPÍTULO 4	26
MIGRAÇÃO E PERTENCIMENTO: ESTRATÉGIAS MIGRANTES NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE PERTENÇA Antonio Nolberto de Oliveira Xavier  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230054	
CAPÍTULO 5	44
ENQUADRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EM DISPUTA NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL DE GRANDES DESASTRES DA MINERAÇÃO Raquel Lucena Paiva  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230055	
CAPÍTULO 6	61
SOCIEDADE DE CONSUMO E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS Ana Cristina Bagatini Marotti Juliano Costa Gonçalves Cristine Diniz Santiago Erica Pugliesi Luiza de Lima Neves Aline Chitero Bueno  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230056	
CAPÍTULO 7	75
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO Adelcio Machado dos Santos  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230057	

CAPÍTULO 8	87
A FORÇA COMUNICACIONAL DO YOUTUBE E O FENÔMENO DE WHINDERSSON NUNES	
Leonardo Gonçalves de Souza	
Diego Rafael Munhak	
Cristiano de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230058	
CAPÍTULO 9	92
FOME E MODERNIDADE: DESAFIOS PARA OS PROGRAMAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	
Tania Elias Magno da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230059	
SOBRE A ORGANIZADORA	104
ÍNDICE REMISSIVO	105

CAPÍTULO 2

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS MAIS POBRES NO BRASIL: UM CASO DE *WORKFARE STATE*?

Data de aceite: 02/05/2022

Adriane Vieira Ferrarini

RESUMO: A busca pela instauração de alternativas de autossustentação econômica de famílias assistidas tem sido colocada como possibilidade de autonomia através do trabalho. Para tanto, programas de inclusão social e produtiva foram instaurados a partir de 2011 no âmbito do Programa Brasil sem Miséria - com foco em beneficiárias do Programa Bolsa Família - envolvendo um conjunto de iniciativas de geração de renda, qualificação profissional, economia solidária e desenvolvimento local. Frente às críticas de que a inclusão social e produtiva significaria uma perda de direito social - aos moldes das políticas de ativação europeias e norte-americanas - este artigo buscou analisar se esta política no Brasil se constitui, de fato, como um caso de *workfare state*. A metodologia foi composta por pesquisa exploratória, entrevistas com gestores e beneficiárias do Bolsa Família e pesquisa-ação participante. A pesquisa revelou que, apesar da ampla cobertura em capacitação profissional, sua implementação apresentou baixa eficácia devido principalmente à carência da intersetorialidade - e seus deletérios efeitos - e à baixa participação da população nos programas. Ainda assim, a inclusão social e produtiva não se trata, até o momento, de um caso de *workfare* no Brasil. O acesso ao trabalho não é compulsório nem condiciona o recebimento dos benefícios sociais. A inclusão socioeconômica dos

vulneráveis - que a política de inclusão social e produtiva endereça - revela um debate complexo e inconcluso, o qual merece esforços para sua implementação de forma cidadã.

PALABRAS CLAVE: Pobreza; política social; inclusão produtiva; emancipação.

POLICY FOR THE SOCIAL AND PRODUCTIVE INCLUSION OF THE IMPOVERISHED IN BRAZIL: A CASE OF *WORKFARE STATE*?

ABSTRACT: The search for the establishment of alternatives for the economic self-sustainability of assisted families has been presented as a possibility of autonomy through labor. To this end, social and productive inclusion programs were introduced in 2011 within the scope of the Brasil sem Miséria Program - focusing on beneficiaries of the Bolsa Família Program - involving a set of initiatives to generate income, professional qualification, solidarity economy and local development. In the face of criticism that social and productive inclusion would mean a loss of social rights - along the lines of European and North American activation policies - this article sought to analyze whether this policy in Brazil is, in fact, a case of *workfare state*. The methodology consisted of exploratory research, interviews with Bolsa Família managers and beneficiaries and participatory action research. The research revealed that, despite the wide coverage of professional training, its implementation was not very effective, mainly due to the lack of intersectoriality - and its deleterious effects - and the low participation of the population in

the programs. Even so, social and productive inclusion is not, so far, a case of workfare in Brazil. Access to work is not compulsory nor does it condition the receipt of social benefits. The socio-economic inclusion of the vulnerable - which the social and productive inclusion policy addresses - reveals a complex and unfinished debate, that deserves efforts for its implementation in a citizen way.

KEYWORDS: Poverty; social policy; productive inclusion; emancipation.

1 | INTRODUÇÃO

A pobreza é fenômeno persistente no continente latino-americano, com raízes históricas e causas estruturais. O governo brasileiro assumiu a erradicação da pobreza como meta prioritária na última década e meia. Ações de proteção social são necessárias, porém insuficientes. A autossustentação econômica tem sido posta como requisito à autonomia e cidadania de famílias assistidas. Para tanto, um dos eixos da proteção social básica no âmbito da política de assistência social é a chamada “inclusão produtiva”, a qual envolve um conjunto de iniciativas de geração de renda, qualificação profissional, economia solidária e desenvolvimento local.

Esta análise é resultante de pesquisa científica, cujo objetivo é conhecer e analisar a inclusão produtiva de populações em situação de pobreza e vulnerabilidade social – com foco em beneficiárias do Programa Bolsa Família e conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A metodologia foi composta por quatro etapas: pesquisa exploratória, em que foram realizadas entrevistas com gestores públicos da política social e econômica e com beneficiárias do Programa Bolsa Família, bem como consulta a dados secundários; pesquisa-ação participante com gestores e técnicos; reuniões inter-secretarias e entrevistas com gestores do Ministério do Desenvolvimento Social. A primeira etapa da pesquisa foi concluída, a partir da qual foram criadas metodologias de intervenção intersetorial e de inclusão produtiva das famílias. Na segunda etapa, em curso, estes instrumentos estão sendo aplicados de forma experimental com algumas famílias pela equipe pesquisadora.

Neste texto, inicialmente serão problematizadas as origens e fundamentos que incidem na compreensão acerca da pobreza e das formas de superação que se situam na interface entre o social e o econômico. Posteriormente, a partir de experiências antecessoras – políticas de ativação e *welfare state* – e que catalisam o debate acumulado no campo, será analisada a inclusão produtiva no Brasil, com ênfase na identificação dos diversos e complexos avanços e desafios que a cercam.

2 | MARCO TEÓRICO/MARCO CONCEPTUAL

Historicamente, a assistência social se configurou como sistema de proteção

determinado por segmentos populacionais pobres e pela necessidade de atendê-los. Critérios de proximidade ou territorialidade e de inaptidão para o trabalho encontram-se nas raízes da assistência social e são ainda bastante atuais.

A Modernidade europeia contribuiu para a desnaturalização da pobreza devido ao hiato gerado entre a ordem jurídica e a impossibilidade de exercê-la em decorrência da desigualdade de acesso a bens e oportunidades (Castel, 1998). Sendo questão social, a pobreza justifica a busca por reparação. O Estado de Bem-estar Social assumiu papel de integração dos excluídos, captando o círculo virtuoso entre o econômico e o social e promovendo equilíbrio entre sociedade salarial e proteção social (Behring & Boschetti, 2008). Porém, apesar de funcionar de forma satisfatória em países desenvolvidos, especialmente no período pós-guerra, a pobreza persiste, o que permite o questionamento de Robert Castel: “É possível chamar de “sociais” tais políticas? Sim, pelo menos em sentido mínimo em que seu objetivo é assegurar a ordem pública e, portanto, preservar o equilíbrio social. Não, se forem entendidas como um conjunto de práticas (...) para atenuar o hiato entre a ordem econômica e a ordem política (1998, p. 142).

Se não se alteram as formas de distribuição de recursos, as políticas sociais se tornam residuais e compensatórias. “Elas apenas confirmam e legitimam a exclusão por meio de benefícios que não constituem legítima apropriação social dos resultados da economia (...) cuja dinâmica bane e descarta parcelas da população” (Martins, 2008, p. 14).

Essa reflexão é substantiva e precedente a análises das tentativas históricas de superação da pobreza, pois coloca a questão social essencialmente como questão econômica (e do trabalho). Neste caso, sua superação dar-se-ia por novos arranjos e perspectivas que questionam a concepção canônica da economia como sinônimo de mercado e des(socializada) - algo imponderável e improvável em curto a médio prazo - ou pelo reconhecimento do caráter compensatório da política social, se não acompanhada da geração de oportunidades econômicas.

Abordagens integradas entre política social e economia têm longa tradição teórica, desde Marx a Weber, Durkheim e Polanyi. As últimas décadas deram tratamento dissociado à economia e política social, mas ambas têm sido reintegradas através de novos estudos de desenvolvimento, os quais vão desde a tendência tradicional de pensar a política social como subordinada à econômica (ou os efeitos de políticas sociais sobre o crescimento econômico) até aquela comprometida com o desenvolvimento efetivo e centrado nas pessoas (Mkandawire, 2000; Draibe & Riesco, 2011).

Dentre as matrizes analíticas geradas, destaca-se o produtivismo ou a inclusão produtiva. Nessa substituição de uma lógica passiva para uma mais ativa, o conceito de ativação permanece vago e abarca um conjunto de dispositivos e práticas muito diferentes, conforme os países (Laville, 2000). Desde a década de 1950, em seus variados formatos (investimento em capital humano, *workfare* americano com contrapartida às ajudas recebidas e medidas disciplinares e punitivas, políticas de inserção com perspectiva

solidarista ou *welfare-to-work* para beneficiários de programas sociais), em geral são vistas como um incentivo positivo (e não financeiro) ou como uma oportunidade (Roche, 1992).

No campo das políticas sociais, as medidas de ativação testemunham que as formas tradicionais de ação social estão sendo postas em causa (Laville, 2000 apud Moser, 2011). Por um lado, se considerado o acesso ao trabalho como direito econômico a uma vida autossustentada, a inclusão produtiva pode ser entendida como restituição do direito negado, reconhecendo a existência de uma dimensão emancipatória na medida em que os programas de ativação promovem a reinserção social e vida plena a pessoas que viviam dependentes de subsídios. Neste sentido, a ativação poderia ser considerada uma nova abordagem dos direitos sociais.

Por outro lado, são-lhe desveladas inúmeras críticas, em especial pela dimensão moral, que questiona a ajuda incondicional. Por detrás desse questionamento, reside a ideia de que a assistência social é uma política com efeito perverso, que torna os pobres dependentes da ajuda do Estado e de que o bem-estar incondicional fracassou frente aos imperativos do capital; ele passa a ser produto do mérito individual e não mais direito social (Silva, 2011). Quanto aos resultados, critica-se a geração de um mercado de trabalho secundário, de ocupações meramente temporárias e empregos inapropriados.

A disputa entre *welfare state* e *workfare state* possui duas interpretações: trata-se de subordinação da política social às necessidades de flexibilização do mercado de trabalho para a redução dos gastos advindos do *welfare* ou do trabalho como direito econômico e como forma de inclusão produtiva, emancipação e autonomia, sem desconsiderar o direito de o cidadão ser assistido?

Apesar das críticas e de não ter atingido objetivos tão audaciosos, as políticas de ativação disseminam-se amplamente. No Brasil, uma perspectiva de ativação pode ser reconhecida nas ações de inclusão produtiva massivamente desencadeadas nos últimos dez anos. A constituição de 1988 forneceu o arcabouço sobre o qual se erigiram políticas públicas democráticas e universais. À assistência social como direito de cidadania acresceu-se a inclusão produtiva como perspectiva de autonomia. Porém, o caráter retardatário e incompleto do *welfare state* latino-americano, a extrema e persistente desigualdade, estruturas estatais coronelistas e caudilhistas constituem um cenário que pode ser descrito como dramático para evocar-se a superação da pobreza com viés emancipatório.

O termo “inclusão produtiva” tem sido utilizado a partir de 2011 para incidir no velho abismo entre o social e o econômico: “A inclusão produtiva não seria atribuição da assistência social, porém as áreas do trabalho e da educação ‘não entendiam’ as especificidades da inclusão de indivíduos e famílias em situação de pobreza” (Gestor Público Federal). A lógica dos gestores de políticas de desenvolvimento econômico e dos empresários era voltada para o mercado e para a maximização de lucros, tendo a inclusão produtiva sido criada para garantir a intersetorialidade.

Ademais, apenas no tocante à qualificação profissional, por exemplo, as ações

encontravam-se dispersas em 18 ministérios, sendo necessária uma coordenação mais específica para articulá-los em torno do objetivo de inclusão dos mais pobres. As duas principais ações de inclusão produtiva foram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que envolve cursos de capacitação profissional, e o Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho), que mobiliza, encaminha, monitora e acompanha a execução das ações e os usuários, articulando com as demais áreas, como saúde, educação e trabalho.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa empírica sobre inclusão social e produtiva foi realizada no município de Canoas (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil) no período de 2013 a 2016. Trata-se de município de médio porte, com o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado. A metodologia foi composta por etapa exploratória (estudos, entrevistas - com quatro gestores e com três beneficiárias do Programa Bolsa Família - e consulta a dados secundários), pesquisa-ação participante com gestoras e técnicas das políticas de assistência social e de desenvolvimento econômico, reuniões intersecretarias (Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Econômico - 23 encontros com a participação de quinze pessoas por encontro, em média), treze entrevistas domiciliares com beneficiárias do Programa Bolsa Família e entrevistas com três gestores do Governo Federal. Também foi feita análise documental a partir de relatórios do município, tendo sido possível verificar avanços e limites das ações de inclusão produtiva empreendidas em nível local.

A **primeira evidência** veio ao encontro da fala dos gestores federais entrevistados: “a inclusão produtiva é um palavrão na assistência social, precisamos tratar com outro nome” (Gestora Municipal). Quanto à operacionalização, “cuidar da violação de direitos e da proteção social já exige muito dos técnicos: como ainda vamos encaminhar para o mercado de trabalho?” (Técnica do CRAS). Antes de mais nada, verificou-se que não havia um debate nem concepções definidas entre gestores e técnicos, tampouco metodologia definida, “cada CRAS faz do seu jeito” (Técnica do CRAS).

A partir dessa constatação inicial, um grupo de pesquisa-ação participante constituiu-se e reuniu-se sistematicamente ao longo de um ano e meio. Ele foi formado por gestores da assistência social, técnicas dos CRAS e CREAS - Centros de Referência (Básica e Especializada) de Assistência Social, agentes do Pronatec e ainda contou com participação pontual de gestores do desenvolvimento econômico.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao longo do processo, foi identificado que a “resistência” dos gestores e trabalhadores da assistência social se devia à compreensão de que cabe a essa política a função de informar, capacitar, encaminhar e acompanhar a trajetória dos beneficiários ao

mundo do trabalho. Contudo “a inclusão produtiva é intersetorial por natureza (...) Atribuir responsabilidades de tal porte a um programa somente é um risco alto” (Castro; Satyro; Ribeiro & Soares, 2010). Isso torna ainda mais necessária a discussão sobre o papel, atributos, metodologia de intervenção, possibilidades e limites da assistência social, a fim inclusive de saber “o que” demandar outras políticas e “como” fazê-lo. Dentre outros produtos da pesquisa, o grupo produziu, de forma participativa, uma metodologia inovadora de intervenção e proposições para adequação do PRONATEC à realidade das famílias assistidas.

Posteriormente, gestores do desenvolvimento econômico, provocados pelo debate, propuseram a construção de um Programa Intersetorial de Inclusão Social Produtiva, o qual também se pode ser considerado uma inovação social em seu formato, mas não chegou a ser implementado. A razão consiste principalmente de entraves organizacionais pautados em dificuldades de mudança da cultura organizacional tradicional ou setorializada, tendo despertado sentimentos de insegurança quanto a qual secretaria ficaria delegado o possível atingimento de metas e receio de perda de referências e especificidades de cada área. Novamente, a experiência parece ter coadunado com a fala de um Gestor Público Federal entrevistado: “Quem pode constituir a intersetorialidade é a assistência social (...) A política deu certo onde a assistência coordenou, mas o gestor local tem que entender o papel de articulação e também ‘olhar com o olhar da economia.’ Nem sempre acontece”.

Quanto às beneficiárias, identificou-se que a maioria desconhece o termo “inclusão social e produtiva” e não relaciona os cursos do PRONATEC com a possibilidade de ingresso no mundo do trabalho. Não pareceu claro para elas a perspectiva de construção de autonomia, tanto concreta quanto subjetivamente (Ferrarini, 2014). Porém, percebe-se avanço na medida em que a maioria das beneficiárias que participaram do PRONATEC está desempenhando atividades econômicas. Ainda que majoritariamente inseridas em atividades informais, as beneficiárias tiveram um incremento na sua renda, o que lhes permitiu acesso a bens e serviços. Elas referem que estão fazendo uso das aprendizagens, em especial no aprimoramento técnico da atividade produtiva, na comercialização (através do desenvolvimento da capacidade de definir o preço das mercadorias) e na realização de melhorias nas suas casas. Elas também demonstram aumento da autoestima e do reconhecimento social (Dihl, 2015).

A revisão bibliográfica, aliada ao estudo de caso, demonstrou que a inclusão produtiva envolve um debate recente e inconcluso, sendo ainda necessário desvelar a complexidade de argumentos favoráveis e desfavoráveis.

Como elementos positivos, destaca-se primeiramente a visão mais ampla da proteção social e da economia, possibilitando a quebra epistemológica de especializações disciplinares e contribuindo para a concepção mais plena de direitos sociais (em conjunto com direitos econômicos). Em segundo lugar, salienta-se o direcionamento de políticas e programas de qualificação profissional para segmentos com baixa escolaridade, sem

experiência profissional e com uma série de vulnerabilidades sociais. Houve bons resultados operacionais e grande montante de recursos investidos.

Como elementos desfavoráveis, elencam-se a baixa efetividade devido a questões de várias ordens, tais como: (1) organizacionais: carência da intersetorialidade imprescindível para responder às demandas multidimensionais da inclusão socioeconômica em meio à estrutura tecnoburocrática fragmentada. Mostra-se necessária a disseminação de informações, delimitação de atribuições, construção de metodologias inclusivas, capacitação de gestores para um olhar sistêmico e protagonismo do gestor da assistência social na busca da intersetorialidade; (2) macro-políticas: ações de caráter distributivo - importantes para a geração das oportunidades e necessárias num projeto de desenvolvimento inclusivo - parecem não ter acompanhado os esforços de ativação; (3) contextuais: elevada desigualdade e condição de pobreza intergeracional e multidimensional do público, com forte presença de mulheres chefes de família sem projetos de vida profissional e sem condições asseguradas para ingresso do mercado de trabalho, especialmente para o emprego formal - via mais estimulada. Acresce-se certa invalidação de iniciativas econômicas plurais como passíveis de inclusão digna e cidadã, mesmo quando acompanhadas por direitos e ganhos extraeconômicos, caso da economia solidária e do microempreendedorismo; (4) programática: baixa participação da população na definição de áreas de interesse, o que se expressa na relação dúbia entre a oferta dos cursos, a demanda do mercado e as habilidades dos usuários.

5 | CONCLUSÕES

A revisão bibliográfica e a pesquisa empírica possibilitaram um conjunto de dados sobre questões da subjetividade das mulheres do Programa Bolsa Família, ações de inclusão social e produtiva e metodologias de trabalho no campo da assistência social e no município como um todo.

Com base na revisão histórica e conceitual e nos dados empíricos produzidos, o estudo concluiu que a política de inclusão social e produtiva no Brasil não se trata de um caso típico de *workfare*. O ingresso ao mundo do trabalho não é compulsório nem condiciona benefícios sociais, não significando a perda de direitos sociais. Quando isso ocorre - e há relatos - trata-se de um desvio ou inadequada compreensão de gestores, que não pode ser atribuída ao modelo. Diferentemente da realidade europeia, a primeira década e meia dos anos 2000 - que demarcou os ditos governos progressistas no Brasil no sentido das políticas inclusivas - foi caracterizada pela ampliação dos investimentos neste campo, ainda que com as limitações de outras ordens já explicitadas.

No entanto, a inclusão social e produtiva no Brasil, na prática, não tem se mostrado capaz de promover satisfatoriamente a ampliação de direitos sociais (aliados aos econômicos). Quanto à assistência social, identificou-se que gestores e operadores

tecem críticas pautadas numa ideia assumida de que esta política pública deveria dar conta sozinha da inclusão social e produtiva.

Tal noção se justifica por duas **evidências**: a **primeira** relaciona-se à falta de articulação entre as políticas afins (educação, saúde, mas principalmente do desenvolvimento econômico). As famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social apresentam demandas multidimensionais para sua inclusão social e econômica. Ao não encontrar uma rede de concepções, procedimentos e recursos articulada, a tarefa de incluir produtivamente famílias vulneráveis torna-se hercúlea para a assistência social. Além disso, a baixa participação da população faz com que muitas ações não respondam às expectativas e possibilidades dessa população. Com isso, perdem sua efetividade.

A **segunda** evidência refere-se à falta de oportunidades econômicas para a população pobre em contexto de extrema desigualdade, como é caso brasileiro. Superar a pobreza de forma efetiva e emancipatória só é possível a partir de um projeto de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. É necessário melhorar a qualificação profissional da população empobrecida - e há resultados positivos nos últimos anos (Montagner & Muller, 2015), mas isso não se sustenta sem a criação de oportunidades dignas. Em geral, considera-se que tais oportunidades são aquelas vinculadas ao mercado formal com direitos trabalhistas assegurados, mas essa realidade mostra-se empiricamente inviável para uma população com baixa escolaridade, necessidade de flexibilidade de horários para prover cuidados domésticos, dificuldade de mobilidade urbana, problemas crônicos de saúde, etc. Ainda assim, pesquisas recentes com mulheres do Bolsa Família demonstram que há nelas o desejo de trabalhar e de se emancipar (Dihl, 2015), tornando necessário aprofundar a escuta de desejos e perspectivas locais de desenvolvimento.

Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise da situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos em superar a situação atual (BRASIL, PNAS, 2004).

Conhecer e reconhecer a presença de alternativas econômicas não capitalistas (economia solidária e cooperativismo) ou mesmo do empreendedorismo individual em contextos de pobreza é um caminho para a inclusão com direitos em todas as formas produtivas. Podem ser iniciativas com amparo legal, em que os empreendedores individuais ou coletivos garantem seus direitos. No caso da economia solidária, apesar de pouco mais da metade dos empreendimentos serem informais (Gaiger & Grupo Ecosol, 2014), a luta pelo marco legal encontra-se em curso. Além disso, pesquisa recente (Kuyven, 2015) demonstrou estatisticamente que a economia solidária é uma alternativa concreta para a superação da pobreza no Brasil, com aumento mais significativo de renda para aqueles em maior desvantagem, em especial mulheres com baixa escolaridade, não brancas e de meio rural.

Novamente, as críticas a essas formas econômicas são compreensíveis, visto que o estímulo ao empreendedorismo em países desenvolvidos tem significado a transformação da natureza das políticas sociais em prol de crescente individualização das políticas e das responsabilizações. Porém, a realidade brasileira difere-se enormemente, até porque o mercado formal não é a referência de famílias em situação de pobreza multigeracional. Além disso, é preciso ter a ousadia de propor novas saídas para o limbo criado entre o social e econômico no contexto nacional. Este limbo encerra o dilema profundo que envolve a inclusão produtiva: a política social precisa ter dimensão econômica para não ser compensatória, se se entende a pobreza como expressão da questão social de uma sociedade capitalista excludente e predatória - e não como produto de incapacidade individual.

Por isso, apesar de a inclusão produtiva mostrar-se como tema delicado e evitado de controvérsias, se pretende chamar a atenção para sua importância. Primeiramente porque ela versa sobre a superação da pobreza, a busca de autossustentação de famílias que se encontram sob a cobertura de benefícios sociais. Ainda que sejam direitos e que se deva mantê-los e ampliá-los a famílias que ainda estão à margem dele, esses tempos recentes de crise econômica e de desestabilização política no Brasil sinalizam risco de redução de direitos. A partir de análises críticas das políticas de ativação, cabe aos gestores, trabalhadores e pesquisadores do campo da assistência social - historicamente comprometidos com a garantia de direitos e com a construção de uma sociedade inclusiva e justa - propor alternativas para tornar as políticas sociais com arranjos mais ativos, porém de forma cidadã.

Por fim, destaca-se ainda, nesta análise, a necessidade de se levar em conta que a inclusão produtiva é muito recente, sendo difícil captar certos efeitos sociais e econômicos, os quais, neste caso, não se consolidam no curto prazo. São ainda incipientes as pesquisas em dados municipais, tanto qualitativa quanto quantitativamente - necessárias para que se possa ter um cenário mais claro. Além disso, tais efeitos foram abalados com a Pandemia de Covid-10, na qual as famílias em condições de maior vulnerabilidade foram as mais afetadas para o exercício de suas atividades laborais.

Apesar das limitações, algumas evitáveis e outras inerentes à busca por inovação social em política pública, a ampliação da perspectiva de autonomia e cidadania das populações assistidas e a intersectorialidade na política pública representam importantes pautas para o Brasil. A conjuntura política brasileira indica o término de um ciclo de “anos gloriosos” da cidadania brasileira do ponto de vista de políticas inclusivas, o qual teve muitas falhas, mas merecia ser aprimorado e ampliado para reversão da abissal e persistente desigualdade brasileira. O que se vê, no entanto, é a retirada de direitos sociais e a degradação da política pública. Nos vazios gerados pela grave crise moral, econômica, política e institucional, os rumos que a sociedade brasileira irá tomar são imprevisíveis.

REFERENCIAS

BARROS, R.; MENDONÇA, R; TSUKADA, R. (2011) *Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil*. Chamada para debate, textos para discussão. Presidência da República Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

BEHRING, E; BOSCHETTI, I (2008). *Política social: fundamentos e história*. Coleção São Paulo: Cortez (Biblioteca Básica de Serviço Social, Volume 2).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004*.

CASTEL, R. (1998) *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes.

DIHL, E. B. (2015) O Programa Bolsa-família como dispositivo para a inclusão produtiva: possibilidades e desafios. *Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos*. São Leopoldo: Unisinos.

DRAIBE, S.; RIESCO, M. (2011) Estado de Bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: Um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias* 13.27:220-254.

FERRARINI, A. V. (2014) Social innovation in co-construction of knowledge and practices aimed at the sustainable overcoming of poverty in Brazil. Montreal: *Anais do 4o Colloque International du CRISES*.

GAIGER, L. I.; GRUPO ECOSOL (2014) *A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo, Oikos.

KUYVEN, P. S. (2015) Efeitos da economia solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza: um estudo de dados nacionais. *Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos*. São Leopoldo: Unisinos.

LAVILLE, J-L. (2000) Inserção e *workfare* na Europa: Perspectiva histórica e ideológica. Reflexões a partir do exemplo francês. In: *Seminário europeu: políticas e instrumentos de combate à pobreza na união europeia: a garantia de um rendimento mínimo*, 2000, Almancil/Portugal: União Europeia. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.

MARTINS, J. S. (2008) *A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classe social*. Rio de Janeiro: Vozes.

MKANDAWIRE, T. (2001) *Social policy in a development context*. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development.

MONTAGNER, P.; MULLER, L. H. (2015) Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec / Bolsa Formação entre 2011 e 2014. *Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate* 24.

MOSER, L. (2011) A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: *Workfare* e medidas de ativação. *Katálysis* 14.1:68-77.

ROCHE, M. (1992) *Rethinking citizenship: inclusão produtiva: Welfare, ideology and change in modern society*. Cambridge: Polity Press.

SILVA, R. G. (2011) Do *welfare* ao *workfare* ou da política social keynesiana/fordista à política social schumpeteriana/pós-fordista. *Tese de doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB.

ÍNDICE REMISSIVO

B

Bolsa Família 7, 8, 11, 13, 14

C

Cibercultura 87, 90

Consumo 61, 62, 73

D

Descartáveis 61

Desenvolvimento 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 44, 46, 52, 53, 55, 58, 63, 69, 72, 75, 78, 80, 82, 85, 96, 97, 99

Direitos humanos 42, 104

Direito social 7, 10

E

Etnodesenvolvimento 1, 4, 6

F

Fatos sociais 75, 77, 78, 83, 86

G

Gestão de resíduos 62, 63, 69, 70, 71

I

Identidade 1, 3, 6, 26, 27, 30, 32, 34, 36, 38, 42, 53, 66

Inclusão social 7, 11, 12, 13, 14, 36

Indígenas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 55, 56

Infância 53

Internet 22, 30, 32, 33, 35, 87, 88, 90

M

Mídias digitais 26, 33, 36

Migrações 29

Mineração 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60

Mobilidade 14, 35, 77, 92

Modernidade 9, 26, 42, 69, 92, 93, 96, 98, 100, 101, 102

Movimentos sociais 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 74

O

Obsolescência programada 65

P

Pataxó 1, 2, 3, 5, 6, 56

Pertença 26, 27, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

Política nacional de resíduos 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 73

Políticas sociais 9, 10, 15, 16

S

Sociologia 44, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 102, 103, 104

Sociologia ambiental 44

Sociologia da educação 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Sociologia dos desastres 44

T

Trabalho 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 37, 38, 40, 42, 46, 61, 63, 64, 72, 73, 89, 92, 104

Tradição 9, 26, 38

W

Whindersson 87, 89, 90

X

Xenofobia 18, 22

Y

Youtube 59, 87, 90

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

